

## Questões das provas da magistratura referentes à matéria de Direito Militar

Prova – Agosto de 2007

**1ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) A única regra admissível para interpretação das normas de processo penal militar é a literal ou gramatical, vez que devem prevalecer os princípios da hierarquia e disciplina no Direito Castrense.
- b) A Justiça Militar dos Estados e do Distrito Federal não possui competência para apreciar os crimes dolosos contra a vida praticados por militares (policiais e bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal) quando a vítima for civil.
- c) O Conselho Especial de Justiça funciona durante um trimestre e tem competência para processar e julgar militares que não sejam oficiais.
- d) O Código de Processo Penal Militar não impõe ao juiz de direito, com atuação na Justiça Militar, prazo para se manifestar sobre a denúncia, portanto incabível e impertinente qualquer medida judicial contra eventual omissão por parte do togado.
- e) O Programa Federal de Assistência e Proteção às Vítimas e Testemunhas, previsto na Lei n. 9.807 de 13/07/1999, não pode ser aplicado em casos de investigações criminais militares e nos processos penais militares.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) A Justiça Militar dos Estados e do Distrito Federal possui competência para processar e julgar integrantes das Forças Armadas quando praticarem crimes contra seus policiais militares ou bombeiros militares.
- b) Nos casos de concurso de crimes (comuns e militares) a competência para processá-los e julgá-los será da Justiça Castrense, haja vista a especialização desse Órgão.

c) A competência para processar e julgar os militares dos Estados e do Distrito Federal (policiais militares e bombeiros militares) quando praticarem crimes militares contra as Forças Armadas será da Justiça Militar da União.

d) Nos casos de pedido ou incidente de restituição de coisas apreendidas, o Código de Processo Penal Militar não prevê a necessidade da manifestação do Órgão do Ministério Público.

e) No processo penal militar quando ocorrer uma questão prejudicial séria e fundada sobre o estado civil do agente não haverá necessidade da suspensão do processo, vez que o feito deverá tramitar de forma célere.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

a) O civil poderá ser co-autor do crime de insubordinação previsto no Código Penal Militar.

b) O princípio da fungibilidade dos recursos é admissível em sede de direito processual penal militar.

c) No âmbito do direito penal militar somente será admitida ação penal de iniciativa privada nos crimes contra a honra.

d) Aos condenados pela Justiça Castrense são aplicados os comandos previstos na Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84) independentemente do estabelecimento prisional a que estejam recolhidos.

e) Consoante as regras de Direito Penal e Processual Penal Militar o Ministério Público poderá oferecer aditamento à denúncia desde que o faça antes do interrogatório do acusado.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>
<b>B</b>	<b>C</b>	<b>B</b>

## Prova de 2008

**1ª Questão:** No crime de deserção, embora decorrido o prazo de prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o agente:

- a) Não for reincidente em crime doloso.
- b) Contar com pelo menos 30 (trinta) anos de idade quando do início do fluxo do prazo prescricional.
- c) Atingir a idade de 45 (quarenta e cinco anos), e, se oficial, a de 60 (sessenta) anos.
- d) Permanecer incorporado às forças armadas.
- e) Cumprir a pena acessória que tenha sido aplicada.

**2ª Questão:** São penas principais estabelecidas no Código Penal Militar:

- a) Reclusão, detenção, prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos, limitação de fim de semana e multa.
- b) Morte, reclusão, detenção, prisão, impedimento, suspensão do exercício de posto, graduação, cargo ou função e reforma.
- c) Reclusão, detenção, prisão simples e multa.
- d) Reclusão, detenção, prisão simples, suspensão do exercício de posto, graduação, cargo ou função e reforma.
- e) Morte, reclusão, detenção, perda de posto ou patente, indignidade para o oficialato, incompatibilidade com o oficialato, exclusão das forças armadas, perda da função pública, ainda que eletiva, inabilitação para o exercício de função pública, suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela e suspensão dos direitos políticos.

**3ª Questão:** A ação penal militar é:

- a) Pública incondicionada, privada ou privada subsidiária da pública.

- b) Pública incondicionada, pública condicionada à representação ou pública condicionada à requisição.
- c) Pública incondicionada, pública condicionada à representação, pública condicionada à requisição, privada ou privada subsidiária da pública.
- d) Pública incondicionada, pública condicionada à requisição ou privada subsidiária da pública.
- e) Exclusivamente pública incondicionada.

**4ª Questão:** Impede a suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada em decorrência da prática de crime militar:

- a) Condenação anterior irrecorrível a pena privativa de liberdade, somente se o crime antecedente e o subsequente forem crimes militares e salvo se cumprida ou extinta mais de 5 (cinco) anos antes da data do crime posterior.
- b) Condenação anterior irrecorrível a pena de liberdade por outro crime, salvo se culposo e desde que não tenha sido cumprida ou extinta mais de 5 (cinco) anos antes da data do crime anterior.
- c) Condenação anterior irrecorrível por outro crime a pena privativa de liberdade, salvo se cumprida ou extinta mais de 5 (cinco) anos antes da data do crime posterior.
- d) Condenação anterior pela prática de outro crime, independentemente da natureza da pena que tenha sido aplicada.
- e) Qualquer condenação irrecorrível anterior, independentemente da data do cumprimento ou extinção da pena que tenha sido aplicada.

**5ª Questão:** As espécies de prisão provisória afetas ao processo penal militar são:

- a) Prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão temporária, prisão por pronúncia e prisão por sentença penal condenatória recorrível.
- b) Prisão em flagrante, prisão preventiva e prisão para averiguações.
- c) Prisão em flagrante e prisão preventiva.

d) Prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão para averiguações, prisão por deserção e menagem.

e) Prisão em flagrante, prisão preventiva e prisão temporária.

GABARITO:

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>
C	B	D	C	D